



INSTITUTO FEDERAL
Sul-rio-grandense

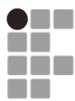
AS COTAS RACIAIS COMO DIREITO DE REPARAÇÃO

Rodrigo Nascimento da Silva
Leonardo Betemps Kontz
Jander Luis Fernandes Monks
Rosélia Souza de Oliveira
Margarete Hirdes Antunes

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)
Publicações PROEN
2024







INSTITUTO FEDERAL
Sul-rio-grandense

AS COTAS RACIAIS COMO DIREITO DE REPARAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO - MOOC

Publicações PROEN
2024



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL)

Flávio Luis Barbosa Nunes
Reitor

Rodrigo Nascimento da Silva
Pró-reitor de Ensino

Leonardo Betemps Kontz
Diretor de Políticas de Ensino e Inclusão

Jander Luis Fernandes Monks
Chefe de Departamento de Educação a
Distância e Novas Tecnologias

Rosélia Souza de Oliveira
Coordenadora da Coordenadoria de Produção
de Tecnologias Educacionais
Coordenadora Geral da Rede e-Tec Brasil no
âmbito do IFSUL

Daiani Nogueira Luche
Coordenadoria de Projetos Especiais

Conteúdo e apresentação
Conteudista
Fábio dos Santos Gonçalves

Desenvolvimento e suporte AVA
Andressa Oliveira da Silveira
Luís Fernando da Silva Mendes
Coordenadoria de Produção de
Tecnologias Educacionais

Design educacional
João José de Moraes Vetromila
Lisandra Xavier Guterres
Coordenadoria de Produção de
Tecnologia Educacional

Design gráfico e digital
Ariane da Silva Behling
Lucia Elena Korth Sedrez
Coordenadoria de Produção de
Tecnologias Educacionais

Edição de áudio e vídeo
José Pedro Minho Mello
Camila Zurchimitten Barbachâ
Eduardo Walerko Moreira
Coordenadoria de Produção de
Tecnologias Educacionais

Revisão linguística
Ana Paula de Araujo Cunha
Equipe multidisciplinar do DETE

Revisão pedagógica
Margarete Hirdes Antunes
Coordenadoria de Produção de
Tecnologias Educacionais

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL)

As cotas raciais como direito de reparação
Projeto Pedagógico de Curso

Rodrigo Nascimento da Silva
Leonardo Betemps Kontz
Jander Luis Fernandes Monks
Rosélia Souza de Oliveira
Margarete Hirdes Antunes

Publicações PROEN
1ª Edição – Copyright© 2024
Todos os Direitos Reservados

Coordenação da edição
Jander Luis Fernandes Monks
Rosélia Souza de Oliveira
cpte@ifsul.edu.br

Diagramação e Projeto Visual
João José de Moraes Vetromila
Lisandra Xavier Guterres
Matheus Eslabão da Silva
Natália Schein

Catálogo na Fonte
Elaborado por Gislaíne da Silva Maciel
Bibliotecária CRB 10/1481

C843	As cotas raciais como direito de reparação : Projeto Pedagógico do Curso (PPC) / organizadores : Rodrigo Nascimento da Silva, Leonardo Betemps Kontz, Jander Luis Fernandes Monks, Rosélia Souza de Oliveira, Margarete Hirdes Antunes. – Pelotas, RS : Publicações PROEN/IFSul, 2024. 29 p. : il. , color. ISBN 978-65-01-00766-3 IFSul - Cursos Online, Livres e Massivos (MOOC) https://www.ifsul.edu.br/publicacoes-pm-2/publicacoes-proen/publicacoes-proen-2 1. Educação a distância - Cursos de Capacitação. 2. Cotas Raciais 3. Inclusão 4. IFSul - Cursos MOOC I. Silva, Rodrigo Nascimento da II. Kontz, Leonardo Betemps III. Monks, Jander Luis Fernandes IV. Oliveira, Rosélia Souza de V. Antunes, Margarete Hirdes
------	--

CDD 371.35

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
Pró-reitoria de Ensino.
Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias.
Rua Gonçalves Chaves, 3218, Centro.
Pelotas/RS – CEP 96015-560
Tel: (53) 3026-6050
if-proen@ifsul.edu.br
www.ifsul.edu.br

Prefácio

A elaboração deste material adveio da intencionalidade da Pró-reitoria de Ensino e do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias do IFSul de apresentar aos leitores(as) o projeto pedagógico de seus Cursos online, livres e massivos (MOOC).

Convidamos você para conhecer um pouco de nossa Instituição entendendo o que é um Curso MOOC, onde ele está hospedado, quem pode acessá-lo e qual o conteúdo do projeto pedagógico do curso apresentado neste material. Boa leitura!

Sumário

01	APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
02	O QUE É UM MOOC?	11
03	O QUE É A PLATAFORMA MUNDI?	11
04	COMO FAZER A MINHA INSCRIÇÃO EM UM CURSO DA MUNDI?	11
05	PÚBLICO-ALVO	15
06	COMO OBTER A CERTIFICAÇÃO?	15
07	SUPOORTE TÉCNICO	15
08	AS COTAS RACIAIS COMO DIREITO DE REPARAÇÃO	15
09	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
10	JUSTIFICATIVA	16

11	INFORMAÇÕES DO CURSO	17
12	OBJETIVOS DO CURSO	18
	12.1 OBJETIVO GERAL	18
	12.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
13	ESTRUTURA DO CURSO	18
14	METODOLOGIA DE ENSINO DO CURSO	19
	14.1 METODOLOGIA DE ENSINO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	19
	14.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
	14.2.1 PROGRAMA	21
	14.3 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	23
	14.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	24
15	ATIVIDADES AVALIATIVAS	24
	REFERÊNCIAS	27

1. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, com sede e foro na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Criado a partir da transformação do CEFET RS, nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFSul possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFSul é uma instituição de educação caracterizada pela verticalização do ensino. Oferece educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino e articula a educação superior, básica e tecnológica. É pluricurricular e multicampi, tendo como base a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. O IFSul possui a relevan-

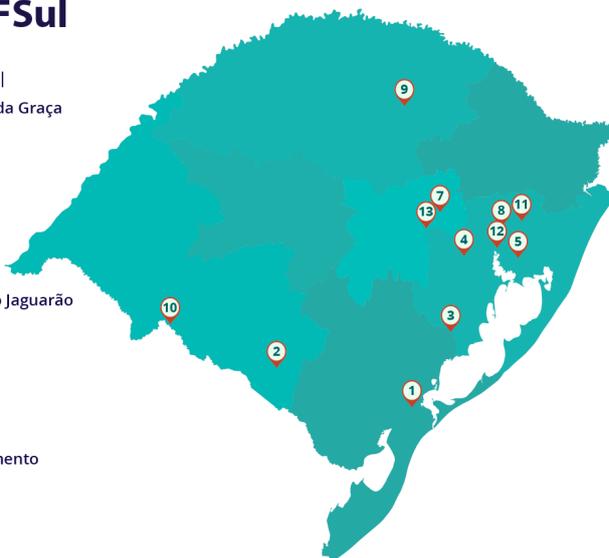
te missão de promover uma educação pública de excelência, por meio da junção indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Agrega pessoas, conhecimentos e tecnologias, visando proporcionar a ampliação do desenvolvimento técnico e tecnológico das regiões de abrangência de seus campi e dos polos de apoio presencial para as ofertas de cursos na modalidade a distância.

O IFSul é formado pela Reitoria, por 12 campi e 2 campi Avançados, a saber: Câmpus Pelotas, Câmpus Pelotas - Visconde da Graça, Câmpus Charqueadas, Câmpus Sapucaia do Sul, Câmpus Passo Fundo, Câmpus Camaquã, Câmpus Venâncio Aires, Câmpus Bagé, Câmpus Santana do Livramento, Câmpus Sapiranga, Câmpus Gravataí, Câmpus Lajeado, Câmpus Avançado Jaguarão e Câmpus Avançado Novo Hamburgo (figura 1).

Figura 1 – Distribuição das unidades do IFSul no RS.

Câmpus do IFSul

- 1 Reitoria | Câmpus Pelotas | Câmpus Pelotas-Visconde da Graça
- 2 Câmpus Bagé
- 3 Câmpus Camaquã
- 4 Câmpus Charqueadas
- 5 Câmpus Gravataí
- 6 Câmpus Campus Avançado Jaguarão
- 7 Câmpus Lajeado
- 8 Câmpus Novo Hamburgo
- 9 Câmpus Passo Fundo
- 10 Câmpus Santana do Livramento
- 11 Câmpus Sapiranga
- 12 Câmpus Sapucaia do Sul
- 13 Câmpus Venâncio Aires



Atuando na modalidade de Educação a Distância (EaD) o IFSul amplia sua área de abrangência dentro do estado do Rio Grande do Sul, ofertando cursos técnicos, superiores e cursos de formação inicial continuada.

A Instituição utiliza, para este fim, além dos seus 14 câmpus, a estrutura de polos municipais (figura 2) devidamente credenciados nos programas da Rede e-Tec Brasil e do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes).

Figura 2 – Mapa dos polos municipais de atuação do IFSul para cursos na modalidade a distância.

Mapa dos Polos de atuação do IFSul



Para obter informações dos cursos ofertados pelo IFSul basta acessar os seguintes endereços eletrônicos www.mundi.ifsul.edu.br/cursos/ e <https://intranet.ifsul.edu.br/catalogo/campus>.

2. O QUE É UM MOOC?

MOOC é a sigla para Massive Open Online Courses, que em português significa “cursos online abertos e massivos”. Como o termo indica, esses cursos são disponibilizados na web para um grande número de pessoas e, por isso, são considerados massivos.

3. O QUE É A PLATAFORMA MUNDI?

Mundi é uma plataforma de cursos online do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), que oferece de forma gratuita cursos em formato MOOC.

É uma iniciativa do Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) do IFSul, desenvolvida pela Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais (CPTE), visando levar o conhecimen-

to à toda comunidade, de forma totalmente gratuita, com cursos 100% online, permitindo a flexibilidade para estudar onde e quando quiser.

Os cursos disponibilizados na Plataforma Mundi são de autoria de servidores de diversas áreas do IFSul e de outros profissionais, que cederam seus direitos autorais para que as ofertas fossem realizadas de forma gratuita. O acesso ocorre pelo endereço eletrônico <https://mundi.ifsul.edu.br/portal/>.

4. COMO FAZER A MINHA INSCRIÇÃO EM UM CURSO DA MUNDI?

Todos os cursos são de inscrição livre para qualquer pessoa. Para se cadastrar (figura 3), selecione o curso que deseja realizar, leia a descrição e, caso seja de seu interesse, clique no botão “Entrar”.

Figura 3 – Como fazer a inscrição em um curso da Mundi?





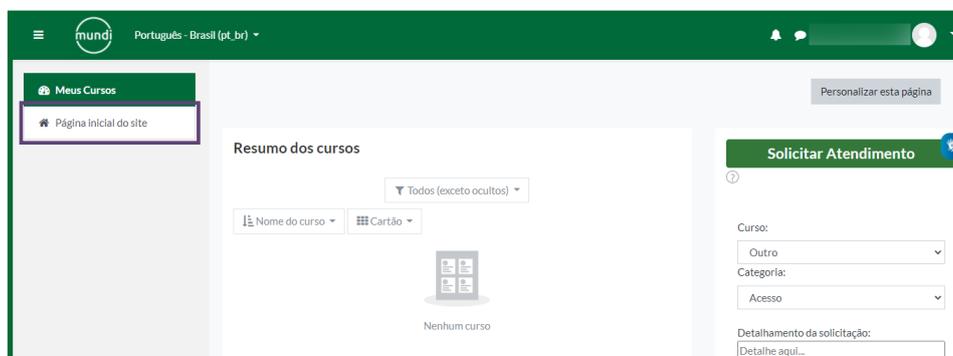
Passo 1: Ao entrar, faça seu cadastro (figura 4). Com ele você poderá fazer login na Plataforma Mundi.

Figura 4 – Faça seu cadastro



No primeiro acesso, a sua lista pessoal de cursos ainda estará vazia, conforme a figura 5. Para dar início à sua inscrição em algum curso, clique na aba “Página inicial do site”, no menu lateral da esquerda, conforme destacado na figura 5:

Figura 5 – Página inicial do site



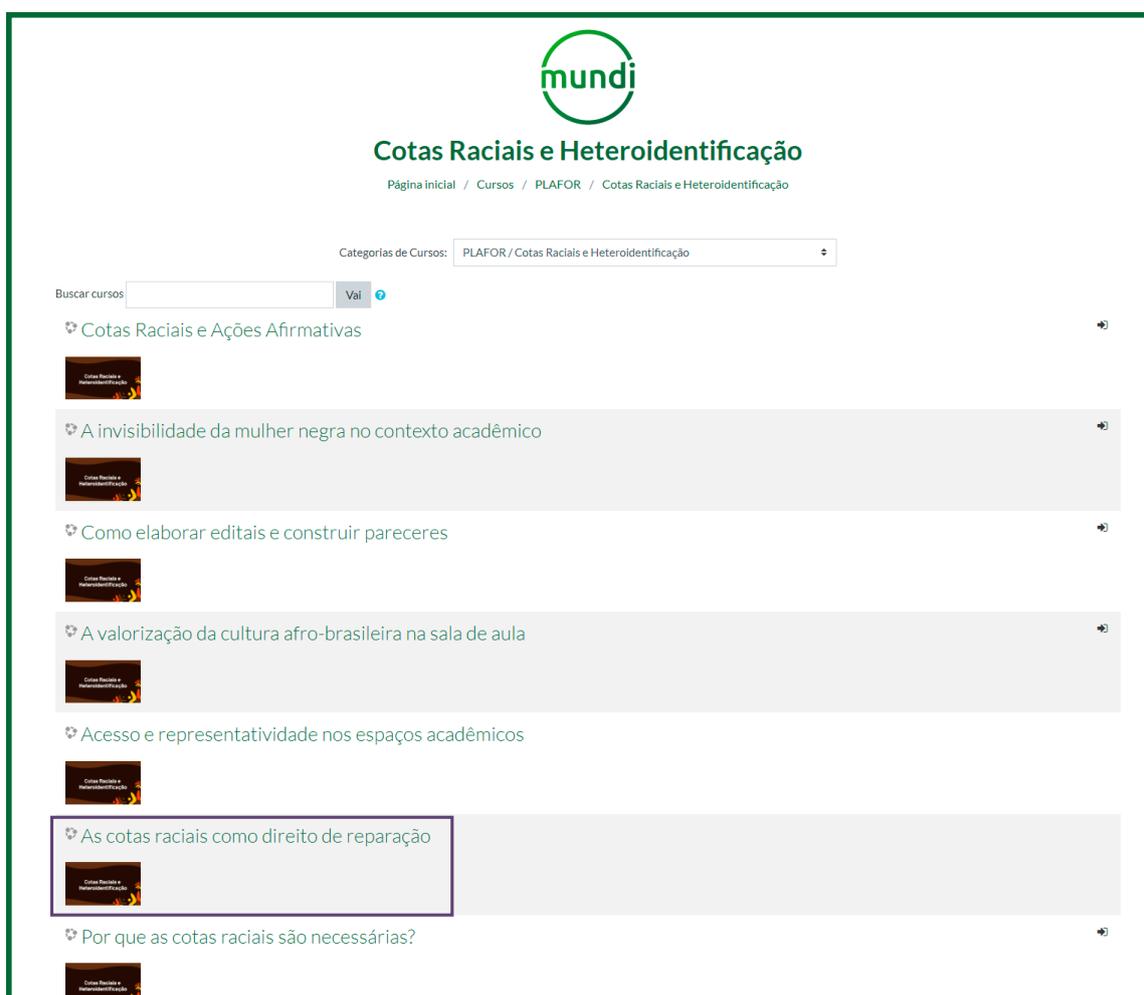
Passo 2: Após isso, a tela acessada será a demonstrada, conforme a figura 6. Uma vez nessa página, clique na Categoria de Curso chamada “MOOCs”, conforme destacado:

Figura 6 – Categoria de Curso



Passo 3: Após acessar a listagem dos MOOCs, clique no título do curso de sua escolha, conforme a figura 7:

Figura 7 – Listagem dos MOOCs



Passo 4: Após, basta clicar no botão “Inscreva-me”, conforme figura 8:

Figura 8 – Autoinscrição do estudante



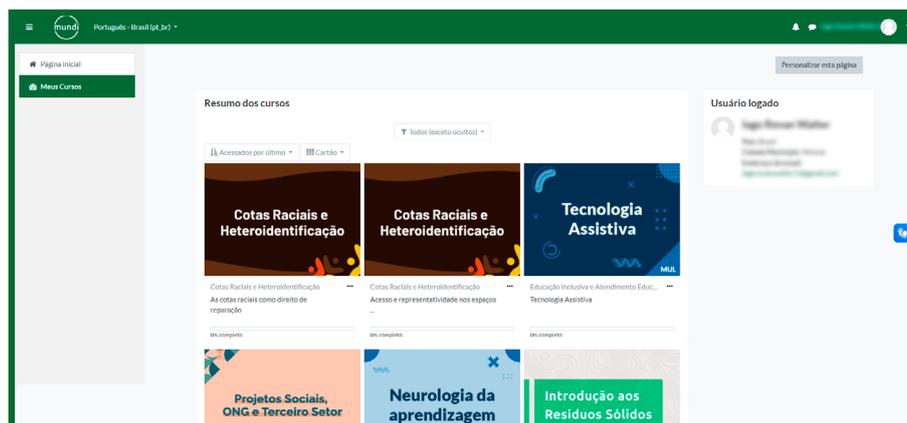
Passo 5: Pronto! Sua inscrição foi realizada com sucesso e a página inicial do curso já estará disponível para acesso, conforme figura 9:

Figura 9 – Página inicial do curso



Passo 6: Ao acessar a página inicial da Plataforma Mundi novamente, seu curso já estará listado na aba “Meus cursos”, conforme figura 10:

Figura 10 – Área de cursos do estudante



5. PÚBLICO-ALVO

Não há definição de pré-requisitos para acesso ao curso. Porém, recomenda-se ter, no mínimo, o Ensino Fundamental II (6ª a 9ª série) incompleto.

6. COMO OBTER A CERTIFICAÇÃO?

Todos os cursos possuem certificados. Para isso, você deve atingir, no mínimo, a nota 6 (seis) em todas as atividades exigidas. Cumprido o requisito, a plataforma irá disponibilizar gratuitamente seu certificado. O tempo para conseguir a certificação fica a critério do estudante, não havendo limite nem mínimo, nem máximo de tempo.

7. SUPORTE TÉCNICO

Havendo qualquer dificuldade para acessar o curso ou emitir seu certificado, abra um chamado em <http://cpte.ifsul.edu.br/suporte/>.

Veja os tutoriais para abertura e acompanhamento de chamados por meio do site <https://www.youtube.com/@CPTEIFSUL/videos>.

8. AS COTAS RACIAIS COMO DIREITO DE REPARAÇÃO

O curso tem a intenção de promover a formação sobre relações étnico-raciais no Brasil, no contexto das Comissões de Heteroidentificação e justifica-se pela orientação da Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos pretos e pardos, para fins de preenchimento das vagas reservadas para concurso público.

Figura 11 – Boas-vindas

A imagem mostra a interface de usuário de um curso no sistema 'mundi'. No topo, há o logo 'mundi' e o título do curso 'As cotas raciais como direito de reparação'. Abaixo do título, há uma barra de navegação com links para 'Página inicial', 'Cursos', 'PLAFOR', 'Cotas Raciais e Heteroidentificação' e 'As cotas raciais como direito de reparação / Apresentação'. À esquerda, há uma barra de progresso com 'Apresentação' selecionado, 'Módulo 1' e 'Certificado'. À direita, há 'Progresso de Conclusão' e 'Visão geral de estudantes'. O conteúdo principal começa com 'CURSO DE FORMAÇÃO' e o título do curso. Abaixo, há 'Carga Horária: 20 h' e o 'Perfil Profissional' que descreve o objetivo do curso. A 'Modalidade' é descrita como curso do tipo autoinstrucional apoiado por vídeos aulas. Há também um campo 'Estudante...' com o nome do usuário e uma descrição resumida do curso.

9. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO CURSO

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE - IFSul
CNPJ: 10.729.992/0001-46

Razão Social:
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

Endereço:
IFSul - Reitoria: Rua Gonçalves Chaves, 3218 Centro.

Cidade/UF/CEP: Pelotas/RS – CEP 96015-560

Telefone: (53) 3026-6050

Site da Instituição: www.ifsul.edu.br

DADOS GERAIS DO CURSO

Nome: As Cotas Raciais como Direito de Reparação

Modalidade de oferta:
a distância, de natureza Massive Open Online Course (MOOC)

Carga Horária: 20 horas

10. JUSTIFICATIVA

O Curso MOOC sobre As Cotas Raciais como Direito de Reparação qualificará o/a educando/a para atuar nas lutas pelo direito às cotas e pela criação e manutenção de relações étnico-raciais saudáveis.

O avanço tecnológico possibilitou essa nova realidade educacional: o ensino mediado pelo computador. A oferta de Educação a Distância, apoiada por Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs), tem se expandido, rapidamente, como resposta à crescente necessidade de formação continuada, resultante das transformações dos meios e modos de produção. Nessa perspectiva, e tendo em conta o fato de o IFSul ser uma instituição plural e multicampi, tal modalidade de ensino torna-se importante estratégia de qualificação dos cidadãos provenientes de di-

ferentes contextos.

Em síntese, o Instituto Federal Sul-rio-grandense, por meio deste curso, provê uma excelente opção para a atualização e a formação de profissionais qualificados, favorecendo a sua inserção no mundo do trabalho e capacitando-os a protagonizar ações empreendedoras e/ou atuar em instituições públicas e privadas.

11. INFORMAÇÕES DO CURSO

Figura 12 – Dados gerais

Curso	As cotas raciais como direito de reparação
Disciplina	As cotas raciais como direito de reparação
Sigla	CRH1
Objetivo geral	Promover a formação sobre relações étnico-raciais no Brasil, no contexto das Comissões de Heteroidentificação e justifica-se pela orientação legal da Portaria Normativa nº 4, de 06 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), para fins de preenchimento das vagas reservadas para concurso público.
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os grupos sociais aliados ao longo dos anos;• Reconhecer as estatísticas de segregação;• Discutir a lei 12.711 enquanto medida de reparação.
Carga horária (CH) total	20h
Nº Módulos	1
Nº Unidades	4
Nível	[] Básico [X] Intermediário [] Avançado
Pré-requisitos	Não há.

12. OBJETIVOS DO CURSO

12.1 Objetivo Geral

Aprender sobre os direitos às cotas raciais como medida de reparação à histórica negação de acesso à educação.

12.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Identificar os grupos sociais alijados ao longo dos anos;
- Reconhecer as estatísticas de segregação;
- Discutir a lei 12.711 enquanto medida de reparação.

13. ESTRUTURA DO CURSO

Módulo 1 - As cotas raciais como direito de reparação

Unidade 1: Grupos sociais alijados ao longo dos tempos

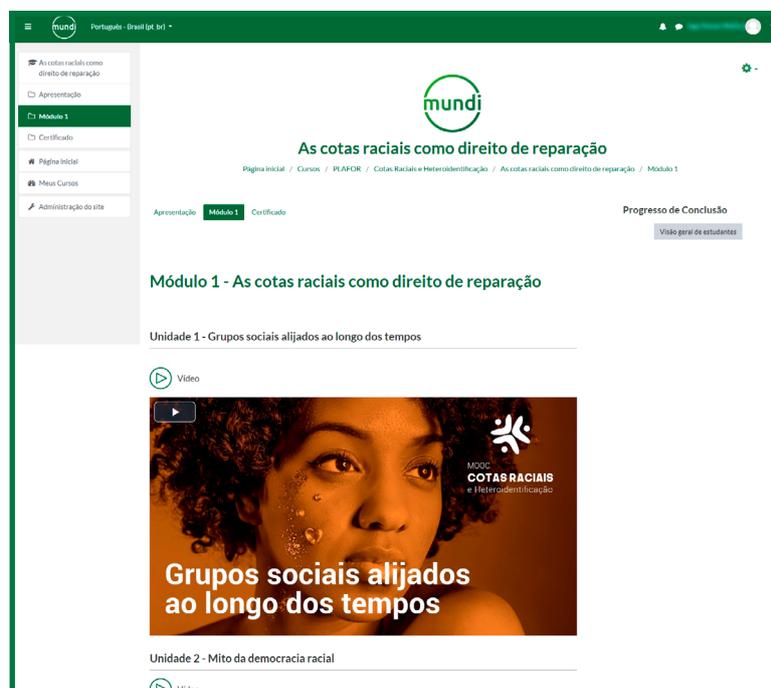
Unidade 2: Mito da democracia racial

Unidade 3: Estatística da segregação

Unidade 4: A lei 12.711 enquanto medida de reparação

Contém 4 vídeos, 8 atividades

Figura 13 – Módulo 1



14. METODOLOGIA DE ENSINO DO CURSO

A proposta metodológica está configurada de forma a oportunizar a formação integral do/a estudante, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático e crítico, por meio da atualização profissional. Nessa direção, a estrutura curricular, alinhada às práticas pedagógicas, visa estimular o estudante a criar soluções e a ter iniciativas nas organizações de seu trânsito.

A metodologia de ensino, no âmbito do curso, contemplará videoaulas e atividades avaliativas, que auxiliarão os/as alunos/as no desenvolvimento de habilidades intelectuais, procedimentais e atitudinais. Há, também, a preocupação em organizar o ambiente educativo de modo a articular as atividades propostas às diversas dimensões de formação dos jovens e adultos, favorecendo a transformação das informações em conhecimentos, diante das situações reais de vida.

Por fim, pode-se dizer que a gestão dos processos pedagógicos deste curso orienta-se pelos princípios da construção coletiva do conhecimento, da vinculação entre educação e trabalho, da interdisciplinaridade e da avaliação como processo.

O curso sobre As Cotas Raciais como Direito de Reparação, na modalidade a distância, conta com uma estrutura curricular de 4 unidades. Ao final do curso é proposta uma série de questionamentos (tarefa de aprendizagem) sobre o tema estudado.

14.1 Metodologia de ensino para pessoa com deficiência

A Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul, amparada na Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 51/2016, contempla ações inclusivas, respeitando as diferenças individuais, especificamente das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, culturais, socioeconômicas, entre outras. Para a efetivação da Educação Inclusiva, o curso considera todo o regramento jurídico acerca dos direitos das pessoas com deficiência, instituído na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/1996; na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/2008; no Decreto nº 5.296/2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com Deficiência ou com mobilidade reduzida; na Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica; no Decreto nº 5.626/2005, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras; no Decreto nº 7.611/2011, que versa sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado; na Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; na Lei nº 12.764/2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e na Lei nº 13.146/ 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A partir das referências legais supracitadas, o curso busca a acessibilidade com a produção de material acessível para leitores de tela e tradução para Libras,

chamando a atenção para a importância de pensar cada ação de forma que tais iniciativas sejam democráticas e ao alcance de todo/as.

14.2 Organização Curricular

A organização curricular do curso sobre As Cotas Raciais como Direito de Reparação foi estruturada considerando o princípio sociológico de que o conhecimento é uma produção histórica. Com base em tal concepção, a matriz curricular se efetiva no comprometimento em promover a construção de novos saberes, alicerçada em princípios teóricos e pedagógicos que propiciem aos/às estudantes desempenhar, futuramente, as atividades propostas no curso.

Faz-se importante destacar que o propósito de trabalho e a construção dos materiais didáticos nos cursos de qualificação do IFSul buscam a promoção do acesso e da autonomia do/a educando/a, num espaço pedagógico constantemente “lido”, interpretado, “escrito” e “reescrito” (FREIRE, 1996, p. 109). Nesse viés, os módulos que compõem a matriz curricular estão articulados e fundamentados numa perspectiva interdisciplinar.

O Quadro 1 descreve os módulos do curso e, no seguimento, é apresentado o programa. No entanto, pode haver adaptações para melhor atender aos estudantes, tanto na primeira oferta dos cursos, como em futuras edições, uma vez que a atividade oferece oportunidade de aprendizado teórico inserido na prática.

Quadro 1 – Matriz curricular do curso de As Cotas Raciais como Direito de Reparação, na modalidade a distância.

Módulo	Conteudista	CH
Unidade 1 Grupos sociais aliados ao longo dos tempos	Fábio dos Santos Gonçalves	5h
Unidade 2 Mito da democracia racial	Fábio dos Santos Gonçalves	5h
Unidade 3 Estatística da segregação	Fábio dos Santos Gonçalves	5h
Unidade 4 A Lei 12.711 enquanto medida de reparação	Fábio dos Santos Gonçalves	5h
Carga horária total do curso		20h

14.2.1 Programa

Curso	As Cotas Raciais como Direito de Reparação
Carga horária	20h
Ementa Estudo sobre as cotas raciais, reconhecendo a história da segregação racial e a importância das medidas de reparação por meio da Lei 12.711.	
Objetivos Objetivo geral: Aprender sobre os direitos às cotas raciais como medida de reparação à histórica negação de acesso à educação. Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none">- Identificar os grupos sociais alijados ao longo dos anos;- Reconhecer as estatísticas de segregação;- Discutir a Lei 12.711 enquanto medida de reparação.	
Conteúdos Unidade 1 - Grupos sociais alijados ao longo dos tempos Unidade 2 - Mito da democracia racial Unidade 3 - Estatística da segregação Unidade 4 - A Lei 12.711 enquanto medida de reparação	
Metodologia O curso será desenvolvido por meio da Plataforma Mundi - plataforma de cursos online do IFSul para cursos em formato MOOC. MOOC é a sigla para Massive Open Online Courses, que, em português, significa "cursos online abertos e massivos". Como o termo indica, esses cursos são disponibilizados na web para um grande número de pessoas e, por isso, são considerados massivos. Nessa Plataforma, os cursos são divididos em módulos (a cada 10 horas, um módulo); esses módulos são separados em até seis (6) unidades, onde são disponibilizadas videoaulas de curta duração, bem como atividades avaliativas a serem realizadas pelos/as estudantes.	

Curso	As Cotas Raciais como Direito de Reparação
Carga horária	20h

Bibliografia básica:

BRASIL. República Federativa do. **Lei N° 12.288, de 20 de julho de 2010.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. República Federativa do. **Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. República Federativa do. **Lei N° 12.990, de 9 de junho de 2014.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. República Federativa do. **Orientação Normativa N° 3 de 1° de agosto de 2016.** Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=327048> Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. República Federativa do. **Portaria Normativa N° 4 de 6 de abril de 2018.** Disponível em: https://www.tst.jus.br/informativos-lp/-/asset_publisher/OZPq/document/id/24575453 Acesso em: 10 jun. 2020.

CHIAVENATO, José Júlio. **O negro no Brasil: da senzala à abolição.** São Paulo: Moderna, 1999;

DEL PRIORE, Mary e VEN NCIO, Renato Pinto (org.). Ancestrais: uma introdução à História da África Atlântica. **Revista África e Africanidades** - Ano I - n. 4 – Fev. 2009. Disponível em: http://africaeaficanidades.com.br/documentos/Ancestrais_uma_introducao_a_historia_da_Africa.pdf Acesso em: 10 jun. 2020.

GENOVESE, Eugene Dominick. **Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas.** São Paulo: Global, 1983.

INOCÊNCIO DA SILVA, Nelson Fernando. **Consciência negra em cartaz.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

KENSKI, Rafael. Vencendo na Raça. In: **Revista Superinteressante**, edição 187, p. 42-50. São Paulo: Abril, 2003.

MARQUES, Adhemar, et al. **História do Tempo Presente.** São Paulo: Contexto, 2003.

MEC/SEPPPIR. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Seppir/MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> Acesso em: 10 jun. 2022.

MJ/SEDH/DPDH. **Discriminação: crimes por raça e cor.** Brasília: MJ, 2001.

Curso	As Cotas Raciais como Direito de Reparação
Carga horária	20h
<p>Bibliografia básica:</p> <p>NEVES, MARIA DE Fátima Rodrigues das (org.). Documentos sobre a escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>OLIVEIRA, Iolanda (org.). Relações raciais e educação: novos desafios. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias; In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008.</p> <p>PAGER, Devah. Medir a discriminação. Tempo Social, 18 (2): 65-88, 2006.</p> <p>TREVISAN, Leonardo. Abolição: um suave jogo político. São Paulo: Moderna, 1988.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>FERREIRA, A. Histórias de professores de línguas e experiências com racismo: uma reflexão para a formação de professores. Cascavel, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009. Disponível: https://www.geledes.org.br/ Acesso em: 24 nov. 2013.</p> <p>OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias; In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008.</p> <p>PAGER, Devah. Medir a discriminação. Tempo Social, 18 (2): 65-88, 2006.</p> <p>TREVISAN, Leonardo. Abolição: um suave jogo político. São Paulo: Moderna, 1988.</p>	

14.3 Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação da aprendizagem se constitui como processo formativo e investigativo, tendo por objetivo maior o acompanhamento e redirecionamento do processo de ensino-aprendizagem, voltado para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

Para a metodologia que se propõe, a avaliação torna-se instrumento fundamental. O mecanismo ação-reflexão-ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja, para que o julgamento qualitativo da ação esteja em

função do aprimoramento desta mesma ação.

Desse modo, a avaliação da aprendizagem tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, obedecendo aos princípios da formação integral e da interdisciplinaridade, expressando os resultados de aproveitamento no curso por meio de notas.

Ao final do curso, o aluno deverá obter, pelo menos, 60% da nota da avaliação para ser considerado aprovado.

14.4 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Este documento, além de orientar e sistematizar os processos avaliativos do curso, precisa contemplar a avaliação do próprio Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Compreendemos o PPC como um documento “em processo”. Assim, torna-se necessário um acompanhamento sistemático, com a participação dos sujeitos envolvidos, a fim de que seja um instrumento democrático e participativo. A avaliação é compreendida, aqui, não como término do processo, mas como momento de reflexão e diagnóstico, apresentando elementos que irão subsidiar decisões e ações em busca de qualidade.

Como apresenta Luckesi, “a avaliação como crítica de percurso é uma ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação” (LUCKESI, 1998, p. 116).

Em termos de acompanhamento e monitoramento interno, as atividades acadêmicas e administrativas serão acompanhadas e monitoradas por meio da utilização de diferentes procedimentos e instrumentos, contemplando, também, a autoavaliação (refletir sobre a própria atuação), sempre visando a melhorias e não à punição nem à responsabilização de nenhum envolvido.

Alterações neste documento poderão ser propostas, com base em necessidades e/ou nos dados e estudos, mediante justificativa, seguindo os procedimentos apresentados pela Pró-Reitoria de Ensino do IFSul.

15. ATIVIDADES AVALIATIVAS

Este curso possui 8 questões na plataforma Mundi.

Módulo 1

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

1) Quais são as instituições que deverão adotar as Cotas?

- | | |
|----|--|
| a) | Instituições Privadas. |
| b) | Universidades Federais e Escolas Federais de Ensino Técnico (nível médio). |
| c) | Somente Institutos Federais. |
| d) | Instituições Estaduais. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

2) O Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a Lei nº 12.990/2014, que trata das cotas raciais, com base no princípio da igualdade, reserva para negros o percentual de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos. Porém, este percentual estabelecido abrange apenas a administração:

- | | |
|----|--|
| a) | autárquica, direta e fundacional do Poder Executivo federal. |
| b) | pública federal, estadual, distrital e municipal, no âmbito do respectivo Poder Executivo. |
| c) | direta do Poder Executivo federal. |
| d) | pública federal direta e indireta, no âmbito dos três Poderes. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

3) A Lei 12.711/12, chamada Lei de Cotas, define que deve ser reservado um percentual para as vagas cotistas de:

- | | |
|----|------------------------|
| a) | 40% por curso e turno. |
| b) | 30% por curso. |
| c) | 50% por curso e turno. |
| d) | 20% por turno. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

4) O Poder Executivo deve implementar um programa de acompanhamento que vai avaliar a necessidade de continuação da política de 2012. Qual o prazo estabelecido para esse programa?

- | | |
|----|--------------|
| a) | 5 anos. |
| b) | Para sempre. |
| c) | 10 anos. |
| d) | 20 anos. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

5) Quais meios de seleção devem ser usados para alunos cotistas?

- | | |
|----|--|
| a) | Vestibular, Enem, programa de avaliação seriada. |
| b) | Somente SISU. |
| c) | Somente ENEM. |
| d) | Somente vestibular. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

6) A Lei 12.711/12 trata de cotas:

- | | |
|----|---------------------------------------|
| a) | sociais. |
| b) | somente para pessoas com deficiência. |
| c) | raciais. |
| d) | públicas. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

7) A Portaria Normativa nº 9 de 2017 trata da implementação das reservas de vagas para:

- | | |
|----|--|
| a) | somente pessoas com deficiência. |
| b) | somente pretos e pardos. |
| c) | pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. |
| d) | somente indígenas. |

Modelo múltipla escolha (marque em negrito a alternativa correta)

8) A Lei 12.990/14 é referente à reserva aos negros de 20% (vinte por cento) das vagas para o ingresso no(s):

- | | |
|----|---|
| a) | Institutos Federais e Universidades Públicas. |
| b) | Institutos Federais. |
| c) | Funcionalismo público. |
| d) | Instituições Estaduais. |

REFERÊNCIAS

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: transtornos globais do desenvolvimento. Vol. 9. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – CETIC. **Pesquisa TIC domicílios 2013: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil**. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/analises/tic-domicilios-2013.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

PRONATEC. **Cursos FIC**. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/guia.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

ÉGLER, M. T. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003, 2006. (Coleção Cotidiano Escolar).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 25.ed., 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controvertido. Revista Educação & Sociedade. Revista de Ciência da Educação. Centro de Estudos Educação e Sociedade. CEDES, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Número Especial, out. 2005.

LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

UNESCO & MEC-Espanha. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**: Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.



